

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. Marcus Vicente)

Requer que seja convocado o senhor **MAURÍCIO TIGRE VALOIS LUNDGREN**, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, sendo Coordenador Geral de Fiscalização Direta da PREVIC desde janeiro de 2014, para prestar esclarecimentos acerca das fiscalizações ocorridas no POSTALIS em 2012, 2014 e 2015. Além de esclarecer a real situação do POSTALIS e sua não intervenção.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, inciso II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o senhor **MAURÍCIO TIGRE VALOIS LUNDGREN**, para prestar esclarecimento acerca da ação fiscal promovida pela PREVIC no POSTALIS em 2014 e 2015, bem como suas atividades realizadas na PREVIC.

JUSTIFICATIVA

O Sr. Maurício Tigre foi nomeado como substituto do Coordenador Geral de Fiscalização do Distrito Federal em maio de 2013 e em janeiro de 2014 assumiu a titularidade da coordenação.

Sob sua competência, dentro do Distrito Federal, estão POSTALIS e FUNCEF, Fundos de Pensão objeto da presente Comissão.

Em 2014, a PREVIC realizou ação fiscal no POSTALIS, cujo relatório de fiscalização é datado de 04 de dezembro de 2014 e entregue ao POSTALIS apenas em maio de 2015. Na ação fiscal a PREVIC emitiu 23 (vinte e três) autos de infração ao POSTALIS, mas até o presente momento faltam 09 (nove) autos de infração pendentes de lavratura e entrega. Necessário esclarecimento sobre a demora da entrega do relatório fiscal para o POSTALIS e a inércia na entrega de todos os autos de infração, bem como a não recomendação da Intervenção no POSTALIS. Informa-se que na ação fiscal participaram 02 (dois) auditores fiscais.

No dia 22 de dezembro de 2014 a PREVIC iniciou nova Ação Fiscal no POSTALIS, cujo relatório final foi apresentado e entregue no dia 23 de junho de 2015. Nessa ação fiscal foram lavrados 06 (seis) autos de infração, todos entregues, diferente da ação fiscal anterior. Necessário esclarecimento sobre toda a ação fiscal e os motivos da não intervenção no POSTALIS, mesmo com a emissão de 29 (vinte e nove) autos de infração no mesmo ano, porém ainda pendentes de dezembro de 2014 a entrega de 09 (nove) autos de infração. Informa-se que na ação fiscal foram designados 07 (sete) auditores fiscais. Qual seria o motivo?

Assim, necessário esclarecimento sobre a demora na conclusão e entrega dos autos de infração emitidos em 04.12.2014 e entregues ao POSTALIS apenas em maio de 2015. Além disso,

Por fim, que o Sr. Maurício Tigre esclareça sobre todas as fiscalizações ocorridas durante sua gestão como Coordenação de Fiscalização Direta da PREVIC.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 2015.

Marcus Vicente
Deputado Federal (PP-ES)